

Superior Tribunal de Justiça

PETIÇÃO Nº 13.154 - DF (2019/0357171-3)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
REQUERENTE : J V D
ADVOGADO : ROSANE ROSOLEN DE AZEVEDO RIBEIRO - SP129630
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Vistos, etc.

JOSÉ VALTER DIAS pede a **revogação da sua prisão temporária**.

Alega que:

A propósito, após a realização da oitiva, a própria Autoridade Policial responsável pelos autos do Inq. nº 1258/DF, Dra. Luciana Matutino, ao observar que o requerente não tem condições de estar preso, por conta do estado de saúde e pela idade do mesmo, informou, através de e-mail e requerimento formulado ao Eminent Relator Ministro Og Fernandes, que a prisão temporária do senhor José Valter Dias não se encontra mais necessária, tendo em vista que o objetivo, sua oitiva, já foi alcançado e que o seu estado de saúde não lhe possibilita ficar preso.

(...).

Repisa-se, a propósito, que as Autoridades Policiais manifestaram-se pela soltura do requerente, visto que ficou declarada a impossibilidade de mantê-lo preso, e ainda, o risco de que quaisquer ato de arbitrariedade neste sentido pode gerar graves consequências à saúde do requerente, que compõe um quadro clínico extremo, podendo levá-lo até mesmo ao óbito, caracterizando desta maneira, uma pena de morte que não é permitida no Direito Brasileiro, ou ainda gerar riscos de sequelas irreversíveis para a saúde do requerente.

É o relatório. Decido.

O pedido em tela perdeu o objeto. Explico.

Na data de ontem, 26/11/2019, no Expediente Avulso nº 14 do PBAC nº 10, decidi o seguinte:

Ocorre que, tão logo teve sua prisão decretada, o investigado apresentou-se voluntariamente na Superintendência Regional da Polícia Federal no Piauí, prestou declarações e forneceu seu atual endereço residencial - até então desconhecido -, bem como o número de telefone de sua esposa, por meio do qual pode ser encontrado.

Conforme informações da Autoridade Policial, o investigado está em tratamento oncológico e em estado de saúde debilitado, não tendo atuado de forma a prejudicar as investigações. Quanto ao ponto,

Superior Tribunal de Justiça

consta no Expediente Avulso um dos atestados apresentados pelo investigado, embora a Polícia Federal tenha registrado que ele havia entregado grande volume de documentação comprobatória sobre o seu estado de saúde.

Diante do exposto, entendo que se tornou despicienda a manutenção da segregação cautelar de JOSÉ VALTER DIAS, CPF 034.599.005-63, nascido em 02/05/1949, razão pela qual determino à Autoridade Policial responsável a sua imediata soltura, se por outro motivo não estiver preso.

Expeça-se alvará de soltura, com URGÊNCIA. Publique-se. Intime-se o MPF.

Diante do exposto, declaro prejudicado o pedido veiculado nesse procedimento, razão pela qual determino seu imediato arquivamento, com baixa na distribuição.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO OG FERNANDES
Relator